

## ATA Nº11/02 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE

Aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dois, reuniu-se ordinariamente às dezenove horas no Auditório da SMS, a plenária para deliberar sobre a seguinte pauta:

**1) Leitura e aprovação da Ata n.º 10/02; 2) Informes; 3) Gabinete de Planejamento da PMPA – GAPLAN; 4) Plano de Aplicação para as Campanhas de Vacinação no ano de 2002; 5) Plano de aplicação dos Recursos da Epidemiologia e Controle de Doenças, 6) Relatório de Atividades do Projeto Saúde Solidária do Instituto de Cardiologia. Conselheiros presentes:** Nei Carvalho, Zenaide Ribeiro, Vanda da Silva (FJ), Riograndino de Oliveira, Gleci Alvarenga, Ronald Wolff, Darcy Dias, Neuza Heinzelmann, Ione Nichele, Osmar Maschio, Salimen Grigolo, Cecília Pedroso, Maria Ivone Dill, Maria Encarnacion Ortega, Regina Lender, Eva Roseli dos Santos, Paulo Renato Viaro (FJ), Ana Cirne, Raquel Michels da Rosa, Tânia Merque, Gema Piccinini, Carlos Geyer, Rosa Harzheim, André Gonzáles, Sônia Mansur, Ivarlete França, Rosângela Schneider, Marne da Porciúncula, Jairo Tessari, Roger dos Santos Rosa, Irineu Grinberg, Reny Bigolin, Joaquim Kliemann (FJ) e Ana Boll. **Não Conselheiros:** André Passos Cordeiro, Maria Alice Calvete, José Dutra, Luisa Rui, Fernanda Lopes, Douglas Gomes, Nina Rosa Araújo, Gabriel Benvegnú, Márcio Luiz Ferreira, Patrícia Léta, Denise Girardi, Fernanda Ramos, Christina Oppermann, Cariana Andres, Valdir Nunes Santos, Maria de Fátima Schneider, Claudia Patricia Fernandes, Kátia Comerlato, Marcelo Bósio, José Carlos Sanciovanni, Ana Paula Zanella, Maria José Silva, Rejane da Silva, Vânia Castro de Andrade, Maria Regina Brito, Sônia Mansur, Silvia Martins, Lenita Parisotto, Susana Jardim, Maria Letícia Garcia, Maria Lúcia Baldasso, Roque Werlang.

Coordenador Humberto inicia a reunião e a plenária se apresenta. **1) Leitura da ata n.º 10:** Conselheira Ione faz a leitura que após correção é aprovada com 18 a favor e 03 abstenções. **2) Informes:** Conselheira Sônia divulga a Feira Comunitária de Saúde promovida por várias entidades, Universidades, SES e SMS, dia 08 de junho na PUC, com várias atividades, antecipando a abertura do XVII Congresso de Nutrição - CONBRAN. Sra. Huguette contrapõe notícia de jornal sobre o mau atendimento prestado na área da Saúde Mental e solicita seu suplente na Saúde Mental. . Coordenador Humberto informa que em resposta à solicitação deste Conselho, o Hospital de Clínicas informou que a Sindicância está se desenvolvendo com acompanhamento do Ministério Público Federal e encontra-se em fase de conclusão. Registra o falecimento do Dr. Rubens Rodrigues, fundador do Instituto de Cardiologia. **3) Pauta: Gabinete de Planejamento da PMPA/GAPLAN:** Coordenador Humberto explica à plenária o motivo desta pauta e passa a palavra ao Sr. André Passos, Coordenador do Gaplan. Este fala que não compareceu quando chamado pela primeira vez pois sua presença se fazia necessária na Assembléia Pública da Vila Cruzeiro e que, como havia participado das anteriores e por ser essa uma região bem importante não poderia deixar de comparecer, mas que assim que esses eventos do OP terminaram esteve a disposição deste Conselho. Disse ainda, que este é o primeiro ano que as demandas são escolhidas em Assembléia Pública. Informa que o Governo tem que esclarecer à população sobre a real situação financeira, e isso foi feito, mas há uma realidade que precisa ser dita para que possa haver a compreensão da situação. Esclarece sobre o HMIPV que na época a situação era municipalizar ou privatizar e a situação dos funcionários da FUGAST que precisam ser repostos. Recentemente foi aprovado a nomeação de 622 cargos para o HMIPV, Unidades de Saúde e Gerencias Distritais, que geram um custo de R\$ 26.000.000,00 e por outro lado não há mudanças previstas para base tributária. O HMIPV terá uma despesa de R\$ 60.000.000,00 para 2003, sendo R\$ 33.000.000,00 de convênio com Estado e União. Para complementação necessita de R\$ 27.000.000,00 que terá que ser bancado pela Prefeitura. Isto tudo foi discutido com a Comunidade inclusive a UTI Pediátrica do HPS, ampliação da Lomba do Pinheiro, US Morro Santana e Gerencias Distritais. Para cobrir este déficit está sendo discutido a reforma do IPTU. Desde o início

53 da Municipalização da Saúde em 1996 as despesas aumentaram 89% e os recursos,  
54 SUS, não aumentaram 20%. O Município está dando prioridade a essas demandas,  
55 inclusive foram apontadas em discussão nas comunidade e neste Conselho. Destaca que  
56 este é o maior aporte de recursos adicionais colocado, pois na habitação, mesmos sendo  
57 prioridade, foi colocado R\$5.000.000,00 e na pavimentação R\$10.000.000,00. A seguir a  
58 plenária se manifesta. Conselheiro Deoclides cita as leis, entre elas a Emenda 29, CPMF  
59 que garantem recursos para a Saúde e que foram impedidos de votar pela Saúde na  
60 Região Partenon. Conselheiro Nei pergunta com que população foi discutido os recursos  
61 da Saúde para este ano, que seriam para o HMIPV; se a SMS diz que não dispõe de  
62 recursos para novos PSFs como será atingida a meta dos 100 propostos e como  
63 funciona a questão de uma secretaria fazer uma obra ou serviço determinado pelo OP e  
64 o Gaplan vetar. Conselheiro Osmar e pergunta, onde está escrito que a população não  
65 pode fazer demandas, já que o próprio Coordenador do Gaplan disse que não era para  
66 priorizar saúde pois os recursos seriam para o HMIPV. Sra. Huguette destaca que a Zona  
67 Sul está sem atendimento na área de Saúde Mental. Conselheira Ione coloca o quanto é  
68 difícil priorizar Saúde e Assistência Social nas regiões. As comunidades custaram a  
69 entender que era preciso colocar nos primeiros lugares para ter recursos no OP. É um  
70 tema difícil e agora sentem-se desprestigiados. Sr. André coloca que o Governo não vota  
71 nas Assembléias do OP e sim a população da região. As Secretarias vão nas regiões,  
72 colocam as carências e fazem parte dos debates. O Governo tem direito a voz, para  
73 expor o que for necessário e foi claro sobre os recursos. Quanto as leis, citando a  
74 emenda 29, informa que POA gasta mais de 18% da receita de Impostos da Prefeitura  
75 com Saúde. A meta de 100 PSF's, do Plano Plurianual (até 2005) diz que em está bom  
76 andamento. Cita a reforma do IPTU de aumentar progressivamente que aponta para  
77 aumento de receita, bem como, a taxa de iluminação pública. Destaca que a Prefeitura  
78 não está parada, mas pode arrecadar aquilo que a Lei autoriza. Somente ampliando a  
79 arrecadação se ampliará o atendimento das demandas. Esclarece que a função do  
80 Gaplan é elaborar o Orçamento dentro da Lei, aplicar este Orçamento levando em conta  
81 as prioridades escolhidas nas discussões do OP e que a montagem é discutida com as  
82 Secretarias. É função também lembrar às Secretarias que elas não podem gastar mais  
83 do que foi previsto para o Orçamento daquele ano, pois não se pode gastar mais do que  
84 a Lei permite. O Gaplan precisa manter o que foi decidido na Cidade. São instâncias  
85 colegiadas que discutem e mantêm o que foi decidido. Ressalta que para primeira  
86 reunião em que o Gaplan foi convidado poderia ter vindo outro funcionário, mas a  
87 importância do que foi colocado considerou que a presença do Coordenador seria a mais  
88 indicada. Sra. Ana Boll, Secretária em exercício Ana Boll, reforça as colocações do  
89 Senhor André. Coloca que nem sempre as Leis são cumpridas, citando o CPMF, pois é  
90 colocado em tudo menos na Saúde. Destaca que o que vai para o Plano de Investimento  
91 gera despesa e custeio. Esclarece que o custo de um PSF não é só os R\$ 150.000,00 de  
92 obras e sim tudo o que o faz funcionar que é em torno de R\$ 450.000,00. O papel do  
93 Gaplan é regular os recursos para tudo. Ressalta que nos Planos de Investimento estão  
94 agendados 80 PSF's . Conselheira Palmira diz que na sua região nada disto foi discutido.  
95 Na US Diretor Pestana existe poucos recursos humanos. Saúde foi colocada em 1º lugar  
96 e estão esquecidos. A Secretaria pensou em colocar PSF's nesta Unidade e a  
97 comunidade não aceitou. Sr. José pergunta se já foram liberadas as verbas para o  
98 Hospital Parque Belém. Conselheiro Salimem diz não aceitar o OP ditando regras para a  
99 Saúde, pois nessa área quem decide é o CMS. Cita a Municipalização do Murialdo que  
100 ficará em "brancas nuvens" pois não tem recursos financeiros. Destaca que neste  
101 Governo Saúde não é prioridade e espanta-se pela falta de dinheiro, pois o HMIPV no  
102 ano de 2001 recebeu R\$18.000.000,00 e gastou R\$10.000.000,00. Conselheira M<sup>a</sup> Ivone  
103 diz que enquanto usuária , foi a pior notícia recebida, pois a não priorização da saúde  
104 apresentada na comunidade, veio pelo COP. Afirma que a Região é que tem o direito de

105 escolher. Conselheira Ana Cirne reforça a necessidade de colocar Saúde em primeiro  
106 lugar para se ter recurso e que os cargos do HMIPV passaram apenas como informe pelo  
107 CMS, pois já estavam na Câmara. Conselheiro Deoclides destaca que no dia da  
108 municipalização do HMIPV foi colocado nos discursos que a proposta era que as  
109 despesas seriam do Município, Estado e Governo Federal. Como o Município vai se  
110 responsabilizar pelos 27 milhões, se a responsabilidade é dos três? Considera que houve  
111 um desrespeito à população do Partenon, principalmente por avisarem só na última hora  
112 a questão da priorização da Saúde, pois teriam feito de outra forma a discussão. Sra.  
113 Secretária Ana Boll, diz que a base do SAMU foi garantida e o PSF Mário Quintana está  
114 em fase de elaboração. O que foi demandado e aprovado está sendo cumprido. Há  
115 coisas atrasadas sim, mas tudo está andando. Em relação ao Hospital Parque Belém  
116 está em processo de repasse de recursos. Sr. André coloca que não está se tratando de  
117 conduta, respeito ou desrespeito. O que foi feito no Partenon foi um externar de opinião  
118 do Governo, diante da situação financeira que se tem atualmente. O que foi dito é que há  
119 gastos programados que comprometem o Orçamento existente e que é diferente de  
120 habitação e pavimentação, que se faz a obra e pronto. A saúde precisa de recursos  
121 sempre e crescentes pela demanda. O que foi dito na reunião do Partenon é que há  
122 despesas programadas e não se pode esquecê-las. Não há problemas em trazer aqui e  
123 abrir os gastos do HMIPV, pois o CMS pode e deve fazer isto. Sobre o medo, o receio, o  
124 Governo também está receoso quanto ao que vem por aí. As receitas não são  
125 aumentadas, o SUS não reajusta, o Estado tem uma dívida monstruosa que rola há  
126 tempos, e neste cenário, há necessidade de se pensar o IPTU que está defasado e  
127 precisa aumentar a capacidade de investimento da Prefeitura, pensar em aumentar a  
128 receita, o que é uma preocupação. Agradece por ter participado na reunião e coloca-se a  
129 disposição para outras discussões. **4) Plano de Aplicação para as Campanhas de**  
130 **Vacinação no ano de 2002:** Sr. Marcelo Bósio, Coordenador do CGVS/SMS, faz a  
131 apresentação do plano de aplicação dos recursos repassados pelo Ministério da Saúde.  
132 A Vacinação da Poliomielite para crianças até 4 anos será dia 15.06 e a contra Rubéola  
133 em mulheres em idade fértil de 12 a 39 anos será realizada de 15.06 a 05.07. A seguir,  
134 Sra. Suzana Jardim, Coordenadora da SETEC, faz a leitura do **Parecer n.º 05/2002:** A  
135 Secretaria Técnica – SETEC, reuniu-se ordinariamente em 03.06.02, onde analisou a  
136 proposta de plano de aplicação dos recursos para as campanhas de vacinação de 2002.  
137 Considerando que a proposta está dividida em material permanente, material de  
138 consumo e serviços de terceiros (publicidade); Considerando que a proposta no valor de  
139 R\$ 132.394,87, está de acordo com os materiais elencados. A SETEC é de parecer  
140 favorável que a Plenária aprove o mesmo. É colocado em votação e aprovado com 18  
141 votos a favor e 01 abstenção. **5) Plano de Aplicação dos Recursos da Epidemiologia**  
142 **e Controle de Doenças:** Sr. Marcelo Bósio faz a apresentação do mesmo no valor de  
143 R\$2.383.675,05, sendo R\$2.119.998,95 de recursos federais R\$263.676,10 de  
144 participação do município, através da contrapartida de pessoal. A seguir Sra. Suzana  
145 Jardim faz a leitura do **Parecer n.º 06/2002:** A Secretaria Técnica – SETEC, em reunião  
146 ordinária em 03.06.02, analisou o Plano de Aplicação 2002 – recursos da gestão das  
147 ações de epidemiologia e controle de doenças; O Plano está dividido em: 1) material de  
148 consumo – R\$ 181.340,00, 2) remuneração de serviço – R\$ 52.350,00, 3) outros serviços  
149 e encargos – R\$ 741.680,52, 4) obras – R\$ 662.738,43, 5) aquisição de material  
150 permanente – R\$ 364.760,00, 6) aquisição de imóvel – parcela de R\$ 117.130,00 neste  
151 Plano de Aplicação (o valor total do imóvel é estimado em R\$ 1.492.696,00);  
152 Considerando que no Plano de Aplicação do ano de 2000, aprovado pelo CMS, previa  
153 recursos para compra e adequação do prédio para a sede do Centro de Vigilância em  
154 Saúde; Considerando que os valores indicados estão de acordo com as demandas  
155 apresentadas. A SETEC recomenda a aprovação do mesmo pela Plenária. É colocado  
156 em votação e aprovado por unanimidade. **6) Relatório de Atividades do Projeto de**

157 **Saúde Solidária do Instituto de Cardiologia:** Sra. Suzana Jardim faz a leitura do  
158 **Parecer n.º 07/2002:** A Secretaria Técnica – SETEC, em reunião realizada no dia  
159 27.05.02, analisando os Relatórios de Atividades do Projeto Saúde Solidária, referentes  
160 ao Instituto de Cardiologia, (meses janeiro, fevereiro e março de 2002), considerou-os em  
161 conformidade com o preconizado no Decreto estadual n.º 39.681/99 do Governo do  
162 estado do Rio Grande do Sul, Resolução n.º 81/2000 – CIB/RS e resolução n.º 07/2001 –  
163 CES/RS. Neste sentido, é favorável a aprovação dos relatórios, pela Plenária do CMS.  
164 Ratificamos parecer anterior desta SETEC, com o objetivo de sugerir que, nos critérios  
165 de avaliação do Projeto, sejam incluídos indicadores que comprovem qualidade e  
166 adequação do perfil assistencial. É colocado em votação e aprovado por unanimidade.  
167 Pauta para a próxima reunião: Prestação de Contas da SMS 1.º Trimestre de 2002, em  
168 audiência pública na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Nada mais havendo a  
169 tratar a reunião encerrou-se às 21h40min.

170

171

172

Humberto José Scorza  
Coordenador do CMS/POA

Lenita Parisotto / Silvia Martins  
Secretaria Executiva

173

174

Ata aprovada na reunião do plenário do dia 20.06.02.